

FRANCISCO CARVALHO DOS SANTOS

Rua Fernando Osório, 1595, CEP 91.720.330. Fone 33185656.

Porto Alegre - RS

www.financas.com.br – darcyfcs@terra.com.br

O DÉFICIT ESTRUTURAL DO BRASIL

Sumário

Introdução	2
1. Carga tributária nacional	2
2.1. Restante para atender as demais áreas ou finalidades	6
2.2. Influência do salário-mínimo no valor dos benefícios	7
3. Seguridade Social, com déficits crescentes	8
3.1. A Seguridade Social e o déficit do Governo Central	11
4. Previdência Social também com déficits altos e crescentes	13
4.1. Baixa razão contribuinte/beneficiário, grande dilema do INSS	17
5. Causas da estagnação da receita de contribuição	19
a) Baixo crescimento do PIB	19
b) Radical transformação nas relações de trabalho	20
c) Gastos tributários ou desonerações fiscais	22
6. Os altos gastos do Governo Central vêm de longe	26
6.2. Investimentos: 30 anos de valores reduzidos e intermitentes	28
a) Teto de gastos: o alvo errado	29
7. Déficit público, resultado primário e juros	30
7.1. Juros nominais da dívida	32
8. Dívida do Governo Federal	34
8.1. Alguns conceitos fundamentais	34
8.2. Evolução da DLSP e da DGG no período 2010 – 2021	35
8.3. Dinâmica do crescimento da dívida	36
9. Transição demográfica, o inimigo invisível	36
9.1. Fim do bônus demográfico, a oportunidade perdida	39
10. Síntese final	40

Introdução

Jorge Luís Borges, escritor argentino, disse que “a realidade e a verdade não passam de uma sucessão de versões do que sejam realidade ou verdade”

Geralmente olhamos só para o que o País arrecada, mas muito pouco para o que ele faz. Muitas vezes ouve-se a pergunta: onde colocam tanto dinheiro, quase três trilhões de reais. Pois a resposta a essa indagação é que procuraremos responder ao longo deste texto.

O Brasil apresenta um déficit estrutural de muito difícil solução, porque as maiores despesas estão na área social que os governos não podem deixar de atendê-las por englobar um enorme contingente de pessoas com inúmeras carências, a começar pelas mais elementares, como alimentação e a saúde.

Na previdência, apesar dos seus altos gastos, as aposentadorias são muito baixas, mas refletem os salários que também são assim. Além disso, as contribuições previdenciárias são decrescentes, porque os pagadores e detentores das maiores remunerações buscam saídas para fugir das exigências da legislação trabalhista e previdenciária, como pejetização, trabalho por conta própria, entre outras, adiante tratado.

Outo fator altamente preocupante é a transição demográfica por que passamos, com o envelhecimento da população, tanto pela base _nascimentos cada vez menores _ como pelo topo _ aumento da expectativa de vida.

Vamos aos dados.

1. Carga tributária nacional

A Tabela 1.1 mostra a **arrecadação tributária nacional** de competência de cada ente da federação, onde se vê que o total bruto em 2021 foi de R\$ 2,9 trilhões, cuja relação com o PIB gerou uma carga de 33,9%, sendo 22,5% do Governo Central, 9,1% dos estados e 2,3% dos municípios. Trata-se de um valor bruto, porque parte dessa arrecadação federal é repartida entre estados e municípios. Os estados, por sua vez, distribuem aos municípios parcelas do que arrecadam. Quanto à participação na arrecadação, coube à União 66,3%, sendo que a

metade disso é da Seguridade Social; aos estados, 26,8%, e aos municípios, 6,9%.¹

Tabela 1.1. Carga tributária bruta nacional, 2021

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MILHÕES	TOTAL - %	PIB - %
PIB	8.679.284		100,0%
1. TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	2.942.470	100,0%	33,9%
2. TRIBUTOS DO GOVERNO FEDERAL	1.951.103	66,3%	22,5%
2.1. ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	961.755	32,7%	11,1%
2.2. DEMAIS TRIBUTOS	989.348	33,6%	11,4%
3. TRIBUTOS ESTADUAIS	789.024	26,8%	9,1%
4. TRIBUTOS MUNICIPAIS	202.343	6,9%	2,3%

FONTE: Boletim Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral - abril/2002 - STN.

O enfoque deste trabalho é a arrecadação tributária que fica com o **Governo Central** (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central), cuja composição está na Tabela 1.2, em que quase a metade dos valores brutos (49,3%) pertence à Seguridade Social.

1.2. Arrecadação tributária a cargo do Governo Central em 2021

Em R\$ milhões.

ESPECIFICAÇÃO	2021	%	PIB-%
GOVERNO CENTRAL	1.951.103	100,0%	22,5%
SEGURIDADE SOCIAL	961.755	49,3%	11,1%
Contribuição Social sobre o lucro líquido	112.469	5,8%	1,3%
COFINS	269.705	13,8%	3,1%
Contribuição PIS	57.614	3,0%	0,7%
Contribuição para a Previdência Social	450.809	23,1%	5,2%
Contribuição para o Pasep	16.871	0,9%	0,2%
Contrib. Seg. Social Serv. Público - CPSS	51.190	2,6%	0,6%
Contrib. s/Rec. de Concursos e Prognósticos	3.084	0,2%	0,0%
Contrib.Partic. Seguro DPVAT	13	-	-
DEMAIS TRIBUTOS	989.348	50,7%	11,4%
Transferência por distribuição da receita	353.552	18,1%	4,1%

FONTE: Boletim Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral

- Abril 2022 e Resultado Primário do Governo Central - STN, 2021.

¹ A carga tributária tem origem numa estimativa feita pela STN, com base em critérios técnicos especificados no documento próprio, Boletim Estimativa da Carga Tributária Nacional, abril/2022.

Existe **uma crença generalizada de que os tributos estão concentrados na União**, restando muito pouco a estados e municípios. Na realidade, quando se analisa o que sobra para a União, após todas as destinações, ver-se-á que não é bem assim. No ano de 2021 (e não é muito diferente em qualquer outro ano, porque é estrutural) sua participação líquida em toda a arrecadação tributária foi de apenas 16,2%. Se igualarmos a 100% somente os recursos da União e fizermos as devidas transferências, inclusive às da Seguridade Social, o saldo líquido é de 24,4% (Tabela 1.3). Em outros termos, **de um total de R\$ 2,9 trilhões, restam líquidos ao Tesouro Nacional R\$ 475,5 bilhões.**

Tabela 1.3. Participação final da União na carga tributária nacional, 2021
R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	VALORES	NO TOTAL %	NA UNIÃO %
1. TOTAL ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	2.942.470	100,0%	
2. TRIBUTOS DO GOVERNO FEDERAL	1.951.103	66,3%	100,0%
3. EXCLUSÕES:	513.882	17,5%	26,3%
3.1. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	353.552	12,0%	18,1%
3.2. CONTRIBUIÇÃO AO FGTS	137.227	4,7%	7,0%
3.3. CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA "S"	23.103	0,8%	1,2%
4. LÍQUIDO PARA O GOVERNO FEDERAL	1.437.221	48,8%	73,7%
4.1. TRIBUTOS DA SEGURIDADE SOCIAL (vinculados)	961.755	32,7%	49,3%
4.2. TRIBUTOS DO ORÇAMENTO FISCAL (Livres)	475.466	16,2%	24,4%

FONTE: Bol. Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral - abril/2002 e Bol. Financeiro - STN.

Salientamos que a parcela tributária não constitui toda a arrecadação do Governo Central. Ela dispõe de mais receitas além das tributárias. Em vez de demonstrar todas os demais componentes dessa receita, optamos por uma maneira mais simples, **que é partir da receita líquida do Governo Central, e ver onde ela é aplicada.** É o que vemos a seguir.

2. Receita líquida do Governo Central e seu principal comprometimento

O economista Roberto Campos, autor de inúmeras frases, contribuiu com mais essa pérola: *“A Constituição prometeu-nos uma seguridade social sueca com recursos moçambicanos”*

A rigor nem os recursos são moçambicanos, nem a seguridade é sueca, mas quando se correlaciona ambos isso ocorre, porque diante da quantidade de beneficiários, os recursos tornam-se escassos e os benefícios muito pouco expressivos.

Ante de entrar no assunto, cabe esclarecer que existem diferenças entre algumas variáveis que decorrem dos regimes adotados, de **competência e de caixa**. Este último critério é o adotado para apuração do resultado primário, pela STN. No resultado primário está incluído o Banco Central que, na realidade, não faz parte do Governo Central.

Em primeiro lugar, apresentamos o resultado primário da Seguridade Social, que está na Tabela 2.1. Nela se verifica que as receitas da Seguridade Social não foram suficientes para atender todas as despesas nela enquadradas, restando um **déficit de R\$ 288,4 bilhões, ou 29,5% acima da receita da Seguridade**. É verdade que estão incluídas na Seguridade Social as aposentadorias dos servidores civis e as pensões dos militares, num total bruto de R\$ 120,1 bilhões e líquido de R\$ 70,4 bilhões. Há entendimentos de que essa despesa não deveria ser lançada na Seguridade Social. Seja como for, no entanto, sua transferência para o Tesouro não alteraria o déficit global. Seria como tirar de um pacote e passar para outro, estando ambos no mesmo prato da balança, que continuará igualmente desequilibrada.

Tabela 2.1. Receita líquida do Governo Central e despesas da Seguridade Social, 2021

DESCRIÇÃO	R\$ 1.000,00	sobre as receitas	Sobre as despesas
Receitas Seguridade Social + DRU	978.695.751	100,0%	77,2%
RGPS (Receitas do INSS)	461.901.057	47,2%	36,5%
RPPS civil (Contribuições descontadas)	41.296.659	4,2%	3,3%
Pensionistas militares *	8.423.991	0,9%	0,7%
Demais (COFINS, CSLL, outras)	467.074.044	47,7%	36,9%
DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL	1.267.124.310	129,5%	100%
RGPS (Benefícios INSS)	712.027.489	72,8%	56,2%
RPPS CIVIL e FCDF	95.558.001	9,8%	7,5%
Pensionistas militares (2)	24.561.454	2,5%	1,9%
Saúde	179.077.635	18,3%	14,1%
Assistência Social	168.621.447	17,2%	13,3%
Abono Salarial	10.158.254	1,0%	0,8%
Seguro desemprego	36.229.495	3,7%	2,9%
Demais	40.890.535	4,2%	3,2%
Resultado da Seguridade Social	- 288.428.559	-29,5%	-22,8%

Fonte: STN - RRE0 dezembro/2018 - p.42 e Resultado Fiscal, tab.4.1.

(*) A partir de 2016, a despesa com militares inativos deixou de ser classificada como gastos da Seguridade Social, restando apenas as pensões militares.

Na Tabela 2.2 verifica-se que a despesa da Seguridade Social absorve 80,3% da receita líquida do Governo Central

Tabela 2.2. Receita líquida do Governo Central e despesas da Seguridade Social, 2021

DESCRIÇÃO	R\$ MILHÕES	Receita líq. Gov. Central	Despesa Seguridade
Receita líquida do Governo Central	1.578.824	100,0%	
Receita da Seguridade Social	978.696	62,0%	
Sem as DRU *	-		
DRU	-		
DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL	1.267.124	80,3%	100,0%
RGPS (Benefícios INSS)	712.027	45,1%	56,2%
RPPS CIVIL (Servidores federais)	95.558	6,1%	7,5%
Pensionistas militares (2)	24.561	1,6%	1,9%
Saúde	179.078	11,3%	14,1%
Assistência Social	168.621	10,7%	13,3%
Abono Salarial	10.158	0,6%	0,8%
Seguro desemprego	36.229	2,3%	2,9%
Demais	40.891	2,6%	3,2%

Fonte: STN - RREO dezembro/2021 - p.42 e Resultado Fiscal, tab.4.1.

- Desvinculações das Receitas da União, revogadas pela EC 103/2019.

2.1. Restante para atender as demais áreas ou finalidades

Diz um pensamento chinês que *as palavras verdadeiras não são agradáveis e as agradáveis não são verdadeiras*. Parece-me que a situação a ser descrita se enquadra muito bem nessa assertiva.

São despendidos com Seguridade Social, 80,3% da receita líquida governo Central e como em torno de 4% **são destinados (vinculados) à Educação, restam pouco mais de 15% de receita líquida para destinar a 38 áreas, distribuídas entre 26 ministérios e secretarias², órgãos independentes, como os tribunais superiores, Senado e Câmara Federal e, ainda, executar superávit primário, sem o que a dívida exploda (Tabela 2.3).**

Salientamos que entre os órgãos a serem custeados por esses, 15% **estão os tribunais superiores e outros cujos membros costumam receber grandes somas acima do teto dos servidores públicos**. Estão também a

² O novo governo, que assume em 01/01/2023, informa que vai aumentar o número de ministérios e secretarias.

Câmara Federal e o Senado com suas altas folhas de pagamento e com emendas parlamentares que tornam a eficácia da execução orçamentaria duvidosa

Tabela 2.3. Disfuncionalidade: Pouco mais de 15% da receita líquida do Governo Central para todas as finalidades abaixo:

Número	Destinações
26	26 Ministérios ou secretarias (*)
27	Câmara dos Deputados
28	Senado Federal
29	TCU
30	STF
31	STJ
32	Justiça Eleitoral
33	Justiça do Trabalho
34	Justiça do DF e dos estados
35	Conselho Nacional de Justiça
36	Presidência da República
37	Obras de um modo geral
38	Superávit primário

(*) Exceto Previdência, Assistência e Saúde, que formam Seguridade Social, e Educação.

2.2. Influência do salário-mínimo no valor dos benefícios

Paul Krugman, importante economista norte-americano disse certa vez: “ *Em certas posições de governo , os homens públicos não devem dizer a verdade, ao menos de uma forma muito abrupta*”. Isso confirma o que verifiquei certa vez ao fazer uma palestra, quando um político que dela participava disse que aquilo que eu estava dizendo era verdade, mas isso não podia ser dito.

Os gastos com Seguridade Social e a contribuição do salário-mínimo no aumento desses gastos é um tema que, certamente, se enquadra nessa categoria, pelo menos entre os candidatos a cargos eletivos.

Na Tabela 2.2, verifica-se que 75% da despesa da Seguridade Social é composta por previdência, assistência social, seguro desemprego, seguro defeso, abono salarial. Todos esses itens tem grande participação do salário-mínimo.

Segundo Fábio Giambiagi, em *Tudo sobre Déficit Público o Brasil na Encruzilhada Fiscal*, 63% dos beneficiários ou 40% da despesa previdenciária vai para quem ganha um salário-mínimo (p.147); As LOAS/RVM correspondem a 0,88% do PIB (P.182), que corresponde a R\$ 76,4 bilhões, e os beneficiários quase todos recebem um salário-mínimo. O abono salarial, seguro desemprego e seguro defeso, com 0,79% do PIB (P.188), tem sua maioria da despesa composta por quem ganha um salário-mínimo. Esses dados são de 2021.

Isso constitui um **grande dilema nacional**. O Brasil precisa aumentar o salário-mínimo por ser uma necessidade social. Por outro lado, ele está acionando um dos principais fatores do déficit fiscal. Seu aumento real faz crescer ainda mais sua participação no PIB, ampliando o citado déficit fiscal. É uma verdadeira encruzilhada fiscal, como muito bem diz o título do livro citado.

3. Seguridade Social, com déficits crescentes

O Gráfico 3.1. mostra que o déficit da Seguridade Social é alto e crescente. Não tanto como o valor verificado em 2020, que foi um ponto fora da curva, causado pelas despesas de enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Gráfico 3.1. Resultado da Seguridade Social, 2010-2021

Em bilhões correntes.



FONTE: Tesouro Nacional/RREO dezembro de cada ano.

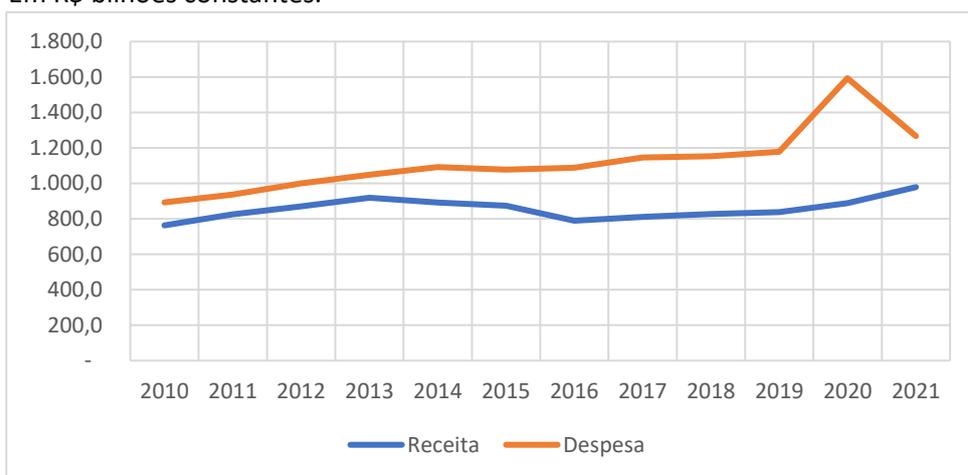
NOTA: Desconsideradas as "DRU".

O Gráfico 3.2 demonstra que, em valores reais, entre 2011 e 2021 houve um descompasso contínuo entre o crescimento da receita e o da despesa com

Seguridade Social. Enquanto a primeira cresceu a uma taxa anual de 2,3%, a segunda cresceu a 3,2%!

Isso é um problema crônico para cuja solução não há milagres. É o tipo do problema que parece se enquadrar na frase de Bolivar Lamounier, cientista político, quando disse: “*Só há três maneira de erradicar a miséria: crescimento econômico, crescimento econômico e crescimento econômico.*”

Gráfico 3.2. evolução da receita e da despesa da Seguridade Social, 2010-2021
Em R\$ bilhões constantes.



FONTE: Tesouro Nacional/RREO dezembro de cada ano.

NOTA: Desconsideradas as "DRU".

A Tabela 3.1. traz a composição dos gastos da Seguridade Social em milhões correntes. A Tabela 3.2 traz a participação percentual de cada item no total da despesa, permitindo uma análise mais fácil.

Tabela 3.1 - Despesa com a Seguridade Social, por finalidade

R\$ milhões correntes

ANOS	BENEFÍ- CIOS RGPS	APOSENT. SERVIDORES FEDERAIS	ABONO SALARIAL E DESEMPREGO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	DIVERSOS	BOLSA FAMÍLIA	TOTAL
2010	254.859	73.559	29.467	25.595	51.492	6.655	13.567	455.193
2011	281.438	79.000	34.166	28.470	58.930	7.424	16.644	506.073
2012	316.590	82.580	39.547	33.373	68.632	8.598	20.530	569.849
2013	357.003	88.729	45.142	37.925	73.779	11.700	23.997	638.277
2014	394.201	95.967	52.436	43.288	83.569	14.084	26.126	709.671
2015	436.090	104.289	47.310	45.786	87.278	19.267	26.415	766.436
2016	507.871	110.197	56.015	54.357	97.812	23.003	28.031	877.285
2017	557.235	123.396	54.507	57.869	98.144	23.733	28.325	943.210
2018	586.379	122.842	53.553	58.443	110.765	26.848	29.929	988.760
2019	626.510	139.971	55.592	63.568	115.631	29.253	33.031	1.063.557
2020	669.707	117.954	59.339	423.568	161.537	39.232	-	1.471.337
2021	712.027	120.120	46.387	168.621	179.078	40.891	-	1.267.124

FONTE: RREOS - 6º bimestre de cada ano.

A Tabela 3.2 apresenta a participação percentual nos principais componentes da Seguridade Social, sendo o maior os Benefícios Previdenciários, que estão na casa de 56%, o mesmo índice desde 2010. Depois de alcançarem 58,9% em 2019, caíram para 56,2% em 2021. O índice de 45,5% em 2020 foi uma redução relativa, decorrente do aumento da participação da Assistência Social, devido à pandemia.

As aposentadorias dos Servidores Públicos somadas às pensões dos militares vêm tendo leve redução. Mas a grande queda de 2020 decorreu das razões citadas (aumento da Assistência Social) e porque a partir de 2016 as aposentadorias de militares deixaram de fazer parte deste grupo. A despesa com saúde que era relativamente constante, em torno de 11%, porém alcançou 14,1% em 2021.

A Assistência Social, de uma participação inferior a 6%, em média até 2019, alcançou 28,8%, em 2020 e, 13,3%, em 2021. Em 2020 e 2021 deixou de constar do demonstrativo a Bolsa Família. Seu substituto, o Auxílio Brasil, num valor bem maior pelo que se sabe, deve estar englobado nesse item.

Tabela 3.2 - Despesa com a Seguridade Social, por finalidade

Em %

ANOS	BENEFÍ- CIOS RGPS	APOSENT. SERVIDORES FEDERAIS	ABONO SALARIAL E DESEMPREGO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	DIVERSOS	BOLSA FAMÍLIA	TOTAL
2010	56,0%	16,2%	6,5%	5,6%	11,3%	1,5%	3,0%	100,0%
2011	55,6%	15,6%	6,8%	5,6%	11,6%	1,5%	3,3%	100,0%
2012	55,6%	14,5%	6,9%	5,9%	12,0%	1,5%	3,6%	100,0%
2013	55,9%	13,9%	7,1%	5,9%	11,6%	1,8%	3,8%	100,0%
2014	55,5%	13,5%	7,4%	6,1%	11,8%	2,0%	3,7%	100,0%
2015	56,9%	13,6%	6,2%	6,0%	11,4%	2,5%	3,4%	100,0%
2016	57,9%	12,6%	6,4%	6,2%	11,1%	2,6%	3,2%	100,0%
2017	59,1%	13,1%	5,8%	6,1%	10,4%	2,5%	3,0%	100,0%
2018	59,3%	12,4%	5,4%	5,9%	11,2%	2,7%	3,0%	100,0%
2019	58,9%	13,2%	5,2%	6,0%	10,9%	2,8%	3,1%	100,0%
2020	45,5%	8,0%	4,0%	28,8%	11,0%	2,7%	-	100,0%
2021	56,2%	9,5%	3,7%	13,3%	14,1%	3,2%	-	100,0%

Fonte: Tabela 3.

3.1. A Seguridade Social e o déficit do Governo Central

Fábio Giambiagi, no livro “Tudo sobre o Déficit Público”, p. 177, cita uma frase de Luís Fernando Veríssimo, no Globo, em sua coluna regular, em 27 de dezembro de 2015, assim: “Os políticos não têm nenhuma voz numa economia gerida pelo capital financeiro e pelas multinacionais _a não ser para dizer que é mais ‘responsável’ pagar uma dívida do que alimentar um filho”.

Isso atesta o **seu total desconhecimento** das finanças públicas federais, onde são aplicados os recursos públicos. Isso é uma crença equivocada do grande público, mas não devia ser de um escritor famoso. Mas ele sabe, como dizia John Ford “Quando a lenda é melhor que a realidade, publique-se a lenda”. Deixando de lado o discurso e indo para os fatos vemos que a verdade é outra bem diferente, como vemos a seguir.

A Tabela 3.3 mostra o Resultado Primário do Governo Central, de janeiro a setembro de 2022 que foi de R\$ 33,8 bilhões e que seria de R\$ 243,3 bilhões sem a participação da Seguridade Social, que apresentou um déficit de R\$ 209,5 bilhões no período.

Tabela 3.3. Resultado primário do Governo Central com e sem a Seguridade Social, janeiro – setembro/2022

ESPECIFICAÇÃO	R\$ MILHÕES
RESULTADO SEM A SEGURIDADE SOCIAL	243.316
SEGURIDADE SOCIAL	-209.541
RESULTADO FINAL	33.775

FONTE: STN - Resultado Primário do Governo Central e RREO do mês de setembro de 2022.

Nada contra os altos gastos em Seguridade (Previdência, Saúde e Assistência Social), o problema é que apesar disso as aposentadorias e os auxílios são muito baixos, mas refletem os baixos salários que dominam a economia.

Esses dados servem para descaracterizar aquela afirmativa de que não se dá nada para o pobre, que a receita do governo vai tudo para os mais ricos. Ou, ao contrário, como também se ouve dizer que se paga muito imposto e nada se recebe de volta.

Mesmo que 63% das aposentadorias correspondam a um salário-mínimo, a despesa do Regime Geral (INSS) corresponde a **1,6 vezes** o valor da receita de contribuições arrecadadas dos contribuintes do INSS, somando aquelas do segurado com a patronal (Tabela 3.4).

Tabela 3.4. Detalhamento das receitas e despesas da Seguridade Social
Período: janeiro – setembro de 2022.

DESCRIÇÃO	MILHÕES	%
RECEITAS	817.176	100,0%
RGPS	378.311	46,3%
RPPS Civil	27.799	3,4%
Pensionistas militares	6.386	0,8%
Demais (COFINS, CSLL e Outras)	404.680	49,5%
DESPESAS	1.036.717	100,0%
RGPS	614.579	59,3%
RPPS Civil e FDDF	70.865	6,8%
Pensionistas militares	18.598	1,8%
Saúde	112.908	10,9%
Assistência Social	137.491	13,3%
Abono salarial, desemprego e demais itens	82.276	7,9%
RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL	-219.541	-21,2%

FONTE: STN - RREO, Tabela 1-A - Setembro de 2022.

4. Previdência Social também com déficits altos e crescentes

O déficit previdenciário do Regime Geral, em valores constantes, passou de R\$ 68 bilhões em 2012 para 247,4 bilhões em 2021, ou seja, um crescimento de 264%, o que corresponde a uma taxa de 15,4% ao ano. A receita cresceu apenas 0,7% (0,1% ao ano) e a despesa, 34,6% ou 3,4% ao ano. As causas desse descompasso são analisadas adiante (Tabela 4.1).

Tabela 4.1. Resultado primário do Regime Geral
Em R\$ milhões constantes (IPCA).

Ano	Receita	Benefícios	Resultado	Relativo
			Primário	Resultado
2012	459.083	527.047	-67.964	100,0
2013	481.457	559.607	-78.150	115,0
2014	497.551	581.136	-83.585	123,0
2015	473.608	589.644	-116.036	170,7
2016	445.325	631.512	-186.187	273,9
2017	450.500	669.809	-219.309	322,7
2018	453.586	679.922	-226.336	333,0
2019	462.022	700.314	-238.292	350,6
2020	438.375	719.020	-280.644	412,9
2021	462.244	709.583	-247.338	363,9
Variação	0,7%	34,6%	263,9%	
Taxa	0,1%	3,4%	15,4%	

FONTE: Resultado Primário do Governo Central, tabela 2.1/STN.

Há uma corrente de opinião que entende que deveriam ser somadas à Contribuição Previdenciária, as demais contribuições constantes do art. 195³ da Constituição Federal. No entanto, essas contribuições são da Seguridade Social, que inclui Saúde e Assistência Social, sem fazer a individualização dos itens citados. Por isso, elas devem ser incluídas somente quando se considera a Seguridade Social.

A Tabela 4.2 mostra o resultado primário da Previdência Urbana e Rural, em milhões, constantes. O déficit urbano foi menor que o rural, R\$ 112,1 para R\$ 135,3, respectivamente. No entanto, o crescimento do déficit urbano foi maior, numa taxa anual de 11,9%, para, em comparação, 2,4% do rural. Em 2012 o déficit rural era 160% do déficit total (havia superávit no urbano), mas a participação do déficit rural vem caindo, alcançando 55% em 2021. Isso é reflexo de um País que está se urbanizando em ritmo acelerado.

³ Contribuição sobre o lucro líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Provisória para Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira (CPMF), extinta, Contribuição para o Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio Público (PIS/PASEP).

Tabela 4.2. Resultado primário da Previdência Urbana e Rural
Em R\$ milhões constantes (IPCA)

Ano	Urbana	Rural	Total	Rural/ Total
2012	40.866	-108.829	-67.964	160%
2013	38.157	-116.307	-78.150	149%
2014	37.348	-120.933	-83.585	145%
2015	6.952	-122.988	-116.036	106%
2016	-57.626	-128.560	-186.187	69%
2017	-86.196	-133.113	-219.309	61%
2018	-94.372	-131.964	-226.336	58%
2019	-102.260	-136.032	-238.292	57%
2020	-144.041	-136.603	-280.644	49%
2021	-112.156	-135.183	-247.338	55%
Varição	274,5%	124,2%	263,9%	
Taxa	11,9%	2,4%	15,4%	

FONTE: Secretaria da Previdência/Receita Federal/Resultado do RGPS.

A Tabela 4.3 mostra o déficit do Regime Geral (INSS) e do RPPS (União), sendo o do Regime Geral de R\$ 247,3 bilhões, com um crescimento de 15,4% no período. Já o RPPS foi de R\$ 93,8 bilhões, com uma redução de 0,2% ao ano. O déficit total, na ordem de R\$ 341,1 bilhões, cresceu 8,5% ano.

Na proporção do PIB, o déficit do Regime Geral passou de 0,8% do PIB em 2012 para 2,9% em 2021, já o do RPPS manteve mais ou menos constante, levemente decrescente no período, passando de 1,2% em 2012 para 1,1% em 2021.

Tabela 4.3. Resultado primário por Regimes Previdenciários
Em R\$ milhões constantes (IPCA)

Ano	Regime Geral	RPPS União	Total	Em % do PIB		
				Geral	RPPS	Total
2012	-67.964	-95.826	-163.790	-0,8%	-1,2%	-2,0%
2013	-78.150	-98.267	-176.417	-0,9%	-1,2%	-2,1%
2014	-83.585	-98.696	-182.281	-1,0%	-1,2%	-2,1%
2015	-116.036	-98.048	-214.084	-1,4%	-1,2%	-2,6%
2016	-186.187	-95.934	-282.121	-2,4%	-1,2%	-3,6%
2017	-219.309	-103.793	-323.102	-2,8%	-1,3%	-4,1%
2018	-226.336	-104.693	-331.030	-2,8%	-1,3%	-4,1%
2019	-238.292	-111.839	-350.131	-2,9%	-1,4%	-4,2%
2020	-280.644	-101.136	-381.780	-3,5%	-1,3%	-4,8%
2021	-247.338	-93.794	-341.132	-2,9%	-1,1%	-3,9%
Variação	263,9%	-2,1%	108,3%	Variação em pontos percentuais		
Taxa	15,4%	-0,2%	8,5%	-2,0%	0,1%	-1,9%

FONTE: Secretaria da Previdência/Receita Federal/Resultado do RGPS.
e RREO, 6º bimestre dos períodos pertinentes.

O problema do Regime Geral é sua expansão contínua. No entanto enquanto ele abarca mais de 36 milhões de beneficiários, o RPPS tem cerca de um milhão de beneficiários. No Regime Geral, 63% recebem um salário mínimo, que implica num gasto de 40% da despesa do total do INSS. Os baixos valores das aposentadorias do INSS refletem, em parte, o reduzido valor dos salários pagos no País. Decorrem também da baixa razão contribuinte/beneficiário, de apenas 1,4, conforme Tabela 4.4.

O Regime Próprio também tem uma reduzida razão contribuinte/beneficiário, mas mantém a integralidade e paridade para quem ingressou até 31/12/2003, adotando a média de todo o período contributivo para o cálculo das aposentadorias para quem ingressou após essa data. E para quem ingressou a partir de 2012 (Lei 12.618/2012), terão aposentadoria calculada pelas regras vigentes iguais ao setor privado, para valores limitados ao teto do Regime Geral. Para valores acima desse teto, foi instituída a aposentadoria complementar com alíquota de 7,5% e contribuição definida.

4.1. Baixa razão contribuinte/beneficiário, grande dilema do INSS

Pela Tabela 4.4 vemos que em 2020 havia 51.540 mil contribuintes no INSS, sendo 74% empregados, 21,3% contribuintes individuais, entre os outros conforme especificação da Tabela citada. Em maio de 2022 foram emitidos 36.688 mil benefícios, o que dá uma razão contribuinte/beneficiário de 1,4.⁴

Tabela 4.4 Razão contribuinte/beneficiário

Contribuintes em 2020	Quantidade	%
Empregados	38.161.778	74,0%
Contribuinte individual	10.958.575	21,3%
Trabalhador doméstico	1.284.178	2,5%
Facultativo	1.133.581	2,2%
Segurado especial	1.841	-
Total (1)	51.539.953	100,0%
Benefícios emitidos 5/22		
Urbana	26.944.968	73,4%
Rural	9.742.829	26,6%
Total (2)	36.687.797	100,0%
Contribuinte /beneficiário (1/2)	1,40	

FONTE: BEPS, maio de 2022.

Ora, no **regime de repartição**, num total de contribuição em torno de 35% (entre empregado e patronal), necessitaria de 3 contribuintes para um beneficiário, com igual remuneração. Como só existe 1,4, a tendência é da redução do valor da aposentadoria.

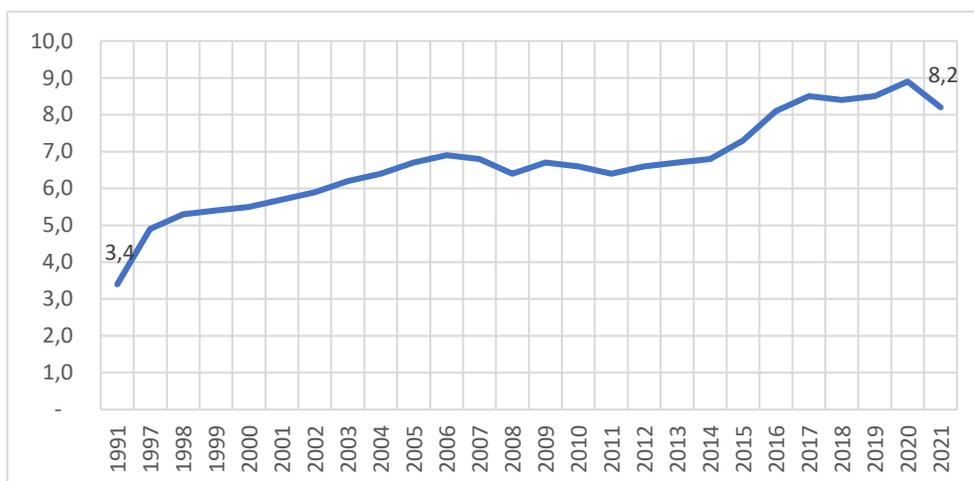
Apesar do baixo valor dos benefícios pagos pelo INSS, sua participação no PIB passou de 3,4% em 1991 para 8,2% em 2021.

O número de benefício emitidos passou de 24.5934, mil em 2006 para 36.356,6 mil em 2021. Nesse período de 15 anos, a **taxa média anual de incremento foi de 2,6%** (BEPS, maio/2022, Tabela 13). É uma das causas da expansão dos gastos. As várias regras permissivas de aposentadoria e pensões, notadamente a precocidade das aposentadorias contribuíram para isso.

⁴ Existe uma diferença de data de referência entre contribuintes e beneficiários, mas é assim que a fonte apresenta os dados.

A última reforma, de 2019, modificou muitas dessas regras, mas ficaram sem modificação a aposentadoria rural, e foi estabelecido um período longo de transição para aposentadoria urbana. A mudança nas pensões introduzida pela lei federal nº 13.135, de 17 de março de 2015, contemplada pela Emenda Constitucional 103/2019, produziu grande redução nas despesas com esse item.

Gráfico 4.1. Benefícios previdenciários do INSS em % do PIB, 1991 - 2021



FONTE: Dados bruto STN/Anexo RTN, Tabela 2.1-A.

No tocante a despesa com servidores públicos, as mudanças foram implantadas com um período de transição, com o alongamento da idade mínima para a obtenção dos benefícios e com aumento do tempo serviço ou contribuição para algumas categorias, como militares e policiais. Com exceção dos militares, os demais servidores que entraram para o serviço público a partir de 31/12/2003 passaram a ser aposentados pela média das remunerações de todo o período contributivo e limitados ao teto do Regime Geral. O excedente passou a ser contemplado pela aposentadoria complementar, em contribuição definida, antes referido. No entanto aqueles que ingressaram antes de 2003 e os atuais aposentados continuam com a integralidade e paridade. O efeito maior nesse quesito será a partir de metade da próxima década. As mudanças nas pensões também causarão grande redução na despesa previdenciária. E essas não são contempladas com transição.

5. Causas da estagnação da receita de contribuição

A estagnação da receita previdenciária do Regime Geral decorre principalmente de três fatores: baixo crescimento do PIB, aprofundado pela recessão a partir de 2014, com três anos de crescimento negativo (2015 e 2016, com -7,1%) e, 2020 (com -3,9) decorrente da *covid*; as transformações das relações de trabalho; e, desonerações tributárias.

a) Baixo crescimento do PIB

No tocante a este item, em três períodos governamentais ele cresceu 4% ou mais. O primeiro deles foi de 1985-1989, Governo Sarney com 4,3%, em média. Após, em dois períodos do Governo Lula, 2003-2006 e 2007-2010 houve um crescimento médio anual de 4%, mas isso decorreu do “boom das commodities”, quando o **índice de preço das exportações, que havia caído 23% entre 1997-2002, cresceu 173% de 2002 a 2011** (Giambiagi, Fabio e Pinheiro, Armando Castelar, em *Além da Euforia*, p.255). O crescimento médio de 1985-2022, durante 38 anos, foi 2,3%. Se tomarmos o período 2003-2022, durante 20 anos, baixa para 2%.

O crescimento potencial do PIB brasileiro é em torno de 2% e somente um fato eventual como o citado ou a utilização da capacidade ociosa, podem produzir um crescimento maior. **O crescimento do PIB depende basicamente do crescimento populacional, que está muito reduzido; e do aumento da produtividade da economia, que também é nulo ou muito baixo.**

Tabela 5.1. Taxas médias de crescimento do PIB por período governamental, 1985-2022

PERÍODO	GOVERNO	TAXAS MÉDIAS	NÚMERO DE ANOS	OBSERVAÇÕES
1985-1989	Sarney	4,3%	5	Plano Cruzado
1990-1994	Collor-Itamar	1,2%	5	Plano Real
1995-1998	F. Henrique	2,6%	4	Crises internac.
1999-2002	F. Henrique-2	2,3%	4	Crises internac.
2003-2006	Lula	3,5%	4	Boom das
2007-2010	Lula 2	4,6%	4	commodities
2011-2014	Dilma	2,3%	4	Recessão
2015-2018	Dilma 2-Temer	-1,2%	4	2015-16: -7,1%
2019-2022	Bolsonaro	0,5%	4	2020 -3,9%
1985-2022		2,3%	38	
2003-2022		2,0%	20	

FONTE: Dados brutos IPEA-DATA 2020: -3,9% Covid.
Cálc. Próprios. 1992 houve impeachment Pres. Collor.

b) Radical transformação nas relações de trabalho

O jurista francês, Georges Ripert, cunhou a seguinte frase “quando o Direito ignora a realidade, a realidade se vinga ignorando o Direito”. As exigências excessivas das regras trabalhistas e previdenciárias brasileiras, certamente, estão levando as empresas a buscarem meio para fugir delas, de que é exemplo o que se convencionou chamar de “pejotização”⁵, trabalho por contra própria, etc., abaixo referidos.

Isso parece ser confirmado em matéria publicada na Revista Conjuntura Econômica de fevereiro de 2019, denominada *Previdência sem Providência*, de José Roberto Afonso e de Juliana Damasceno de Sousa, quando abordam **a radical transformação nas relações de trabalho** que, segundo eles, tem sido ignorada no País. Afirmam também a necessidade de repensar o formato do estado de bem-estar social, pelo menos, começar a debater, entre outras providências.

Resumindo, está havendo uma intensa transformação do emprego formal em trabalho independente, como:

⁵ Neologismo para destacar o uso de pessoa jurídica (PJ) fugindo da contratação via CLT.

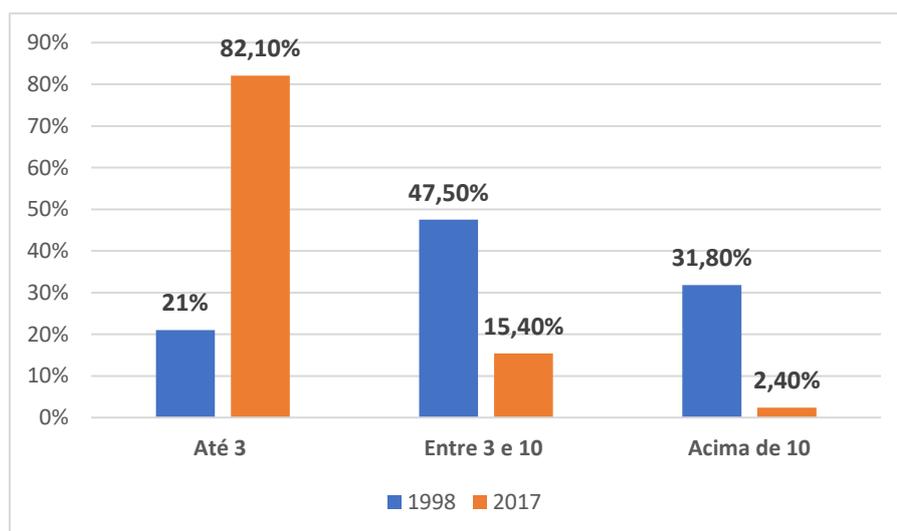
- Autônomos e firmas,
- Transformação de trabalhadores em pessoas jurídicas (PJ), a denominada “pejotização”,
- Trabalho por empreitada sem local e horário fixos,
- Os empregados passam a ter preferência por ser empreendedores.

Problema da automação.

Consequências: queda da arrecadação previdenciária, ente outras.

O Gráfico 5.1 sintetiza parte do fenômeno de transformação citado. Ele compara a situação em dois momentos, o ano de 1998 e o de 2017. Na composição dos contribuintes por faixa salarial, quem ganhava até 3 pisos previdenciários que eram 21% em 1998 passaram para 82,10% em 2017. **Se os de menores salários quadruplicaram sua participação em nove anos, os de maiores salários foram gradativamente perdendo sua participação. Os que ganham entre 3 e 10 pisos previdenciários, passaram de 47,50% para 15,40% no mesmo período; e os que ganham acima de 10 pisos previdenciários, que participavam com 31,8% em 1998, decresceram para 2,4% em 2017.**

Gráfico 5.1. Contribuintes empregados por faixa de valor
(Em pisos previdenciários, 1998 e 2017)



FONTE: José Roberto Afonso e Juliana Damasceno de Souza
Revista Conjuntura Econômica, fevereiro, 2019, p.26/30.

c) Gastos tributários ou desonerações fiscais

O assunto em causa teve como fonte o texto publicado por Josué Alfredo Pellegrini, “*Gastos Tributários: Conceitos, Experiência Internacional e o Caso do Brasil*”, disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503102/TD159-JosuePellegrini.pdf?sequence=1>

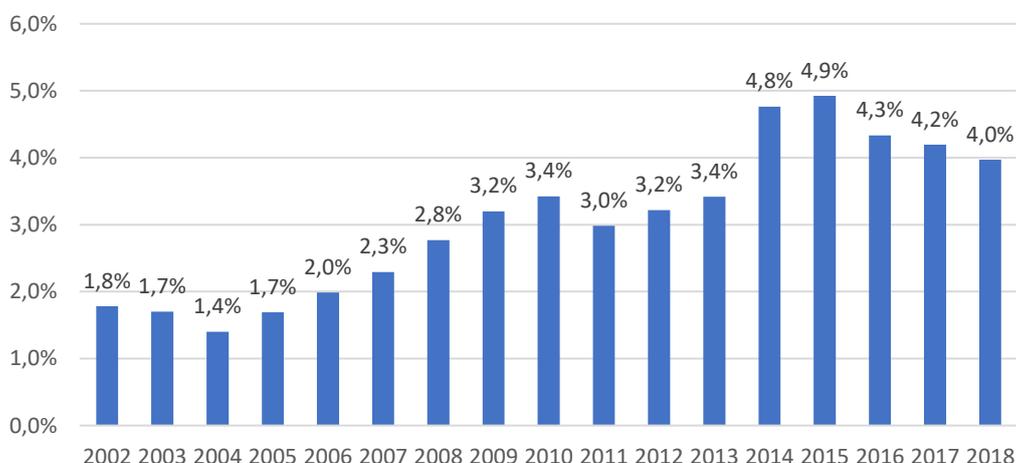
Segundo o autor, não há uma definição consensual de gasto tributário. Ele enumera quatro dispositivos que caracterizam o que seja gasto tributário. São eles: a) reduz o montante recolhido do tributo; b) beneficia apenas uma parte dos contribuintes; c) corresponde a desvios em relação à estrutura básica do tributo; d) visa objetivos que poderiam ser alcançados por meio dos gastos públicos diretos.

Mas informa que o elemento mais consensual entre os apresentados na definição seja o item “c”.

O valor dos gastos tributários difere muito conforme os critérios considerados em tempos distintos, mesmo que não haja alteração da fonte, no caso a Receita Federal do Brasil.

Numa análise anteriormente feita, envolvendo o período 2002-2018, os dados apurados são os constantes do Gráfico 5.1. A mesma fonte apresenta dados do período 2007 até 2019 e são bem diferentes dos anteriores, especialmente até 2013.

Gráfico 5.1. Gastos tributários em % do PIB, 2002-2018



Fonte: Receita Federal do Brasil.

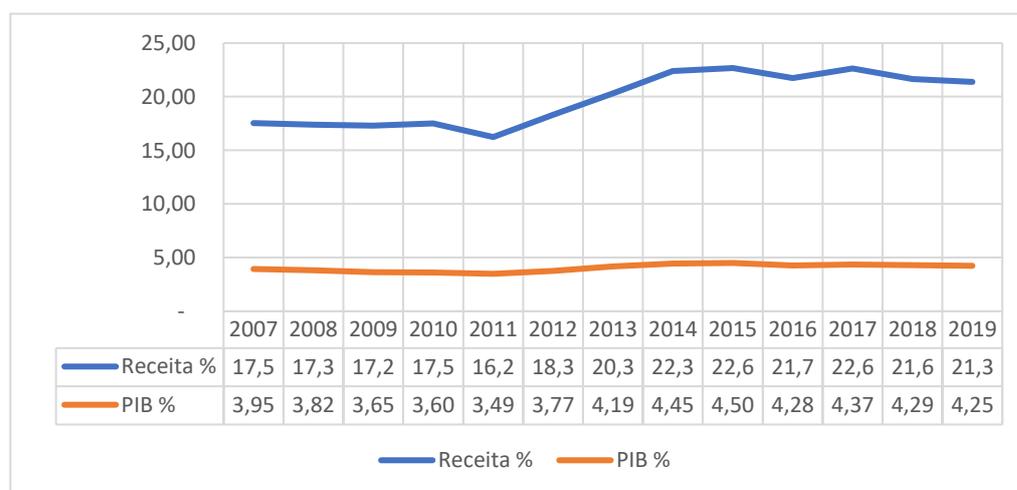
Embora não tenha encontrado mais esses dados na fonte, o livro “*Erros do passado, soluções para o futuro*”, de Afonso Celso Pastore, na p.235, traz um gráfico que retroage ao ano 2000, informando também **que as renúncias fiscais, de uma média de 1,5% do PIB no período 2000-2005, foram para algo entre 2,5% e 3% no período 2008-2009 e, subindo para em torno a 4,5% do PIB em 2014-2015.**

Ainda, segundo o mesmo autor, a arrecadação começou a **cair em 2014, mesmo antes da recessão, levando à queda dos superávits primários, abrindo um déficit primário recorrente, que levou a perda de sua classificação como “grau de investimento”.**

Publicações recentes

Conforme referido, os dados das publicações recentes estão com diferenças, significativas em alguns casos, em relação às publicações feitas em anos anteriores. No entanto isso não invalida o problema que traz para a arrecadação a alta incidência dos gastos tributários. Embora com pequena redução a partir de 2015, eles **alcançaram 4,25% do PIB em 2019, ou seja, próximo a R\$ 370 bilhões pelo PIB de 2021 (R\$ 8.674 bilhões).** No período 2007 – 2019 passaram de 3,95% para 4,25% do PIB. Em relação à receita, passaram de 17,5% para 21,3%, segundo o Gráfico 5.2, com origem na Receita Federal do Brasil (Gráfico 5.2).

Gráfico 5.2. Evolução dos gastos tributários federais, 2007-2019



FONTE: Receita Federal do Brasil – Gastos tributários – bases efetivas.

Principais gastos tributários ou desonerações fiscais

A participação de cada item no total dos gastos é variável, embora não muito significativa. Depende dos critérios de apuração, do nível de agregação adotados em cada exercício.

A Tabela 5.2 traz a relação dos principais itens dos gastos tributários, que podem ser classificados em grandes grupos, como: **fiscais, sociais e econômicos**. No primeiro grupo, que alcança 52,7% do total, está em 1º lugar o Simples Nacional, com 28,5% de participação no total. As deduções e isenções do Imposto de Renda PF alcançam 15,7% do total. A Zona Franca de Manaus participa com 8,6% do total, numa estimativa próxima de R\$ 32 bilhões.

Após diversas destinações relacionadas nos itens 4 a 8 da Tabela, que podem se enquadrados como social correspondem a praticamente 30% do total. Três outros itens, de número 9 ao 11, podem sem enquadrados como econômicos e alcançam 7,3% do total. Além desses há 39 casos de menores gastos, com as mais variadas finalidades, alcançando 10,2% do total.

Essa classificação foi arbitrária, e há itens de difícil classificação, como desonerações da folha de salários; e, medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, que podem ser enquadrados como fiscais.

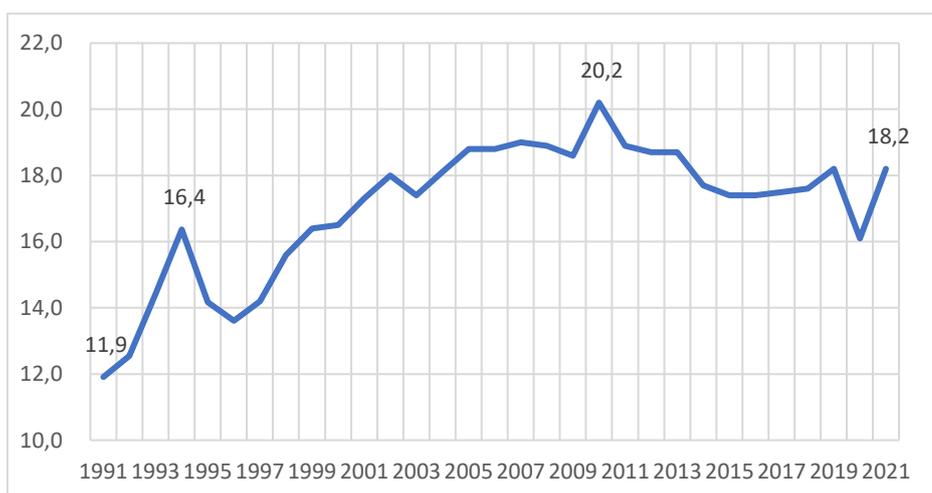
5.2. Síntese dos principais gastos tributários

ORDEM	DESCRIÇÃO	SIMPLES	GRUPOS	ACUM.
1	Simples Nacional	28,5%		28,5%
2	Deduções e isenções do Imposto Renda PF	15,7%		44,2%
3	Zona Franca de Manaus e áreas livre com.	8,6%	52,7%	52,7%
4	Desonerações cesta básica Entidades sem fins lucrativos - imunes	8,6%		61,3%
5	isentas	8,3%		69,6%
6	Desonerações da folha de salários	5,2%		74,8%
7	Benefício do trabalhador	4,1%		78,9%
8	Medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos	3,6%	29,8%	82,5%
9	Desenvolvimento Regional	3,0%		85,5%
10	Informática e Automação	2,4%		87,9%
11	Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica	1,9%	7,3%	89,8%
12	Diversas (39 casos)	10,2%	10,2%	100,0%
TOTAL		100,0%	100,0%	

Fonte: Demonstrativo dos Gastos Tributários PLOA 2018, p.95.

Todas essas desonerações ou gastos tributários fizeram com que a receita líquida do Governo Central que havia crescido 8,3 pontos entre 1991 e 2010, caísse 2 pontos deste último ano, ao passar de 20,2% do PIB para 18,2%. Nesse mesmo período os gastos primários do Governo Central sem as transferências cresceram 0,6 pontos percentuais. **Uma perda de 2% na receita mais um aumento dos gastos de 0,6%, tem-se um reflexo de 2,6% do PIB no resultado primário, o que equivale a R\$ 225 bilhões, considerando o PIB de 2021, na ordem de R\$ 8.675 bilhões.** (Tabela 5.3 e Gráfico 5.3).

Gráfico 5.3. Receita líquida do Governo Central, 1991-2021



FONTE: Resultado Primário do Governo Central - STN

Salientamos que entre 2011 e 2021 o PIB cresceu apenas 6,3%. Numa média de 0,6% ao ano. E após a recessão de 2015-2016, entre 2017 e 2021, tendo em vista que em 2020 ele caiu 3,9% (covid), o crescimento foi de apenas 4,3%, numa média anual de 0,9%. Por mais estarrecedor que seja: **O PIB de 2013, em valores reais, é o mesmo de 2022, considerando que neste último ano ele cresça 2,6%!⁶ Dez anos depois, quando a população cresceu 7,4%. O que oportuniza dimensionarmos nosso empobrecimento.**

Essa ausência de crescimento do PIB mais a perda de participação da receita no PIB explica em parte o crescimento da participação dos gastos nesse

⁶ Igualando-se a 100 o PIB de 2013 e aplicando-se todas as variações anuais, chega-se em 2022 (com 2,6% de crescimento) a 99,94.

mesmo PIB. Outra parte decorre do aumento natural da despesa, por suas causas próprias, já analisadas.

6. Os altos gastos do Governo Central vêm de longe

O aumento dos gastos primários (sem os juros) vem de longe. Entre 1991 e 2021, eles cresceram 9 pontos percentuais acima do PIB ou 0,3 pontos percentuais ao ano. O crescimento do PIB deveria ser o limite, sob pena de entrarmos num processo deficitário sem volta (Tabela 6.1).

Não havendo controle rígido sobre o aumento da despesa, sobre suas causas e consequências, a situação ficará insustentável, tornando verdadeira a afirmativa atribuída ao empresário Carlos Aberto Sucupira que *“custo é como unha, tem que cortar sempre”*.

Tabela 6.1. Gastos primários do Governo Central (1), 1991-2021, em % do PIB

Ano	Transfer. Est/Munic.	Pessoal	INSS (2)	Outras (*)	Despesa primária	Desp. prim. sem transfer.
1991	2,65	3,80	3,36	3,90	13,71	11,10
1992	2,67	3,93	4,25	3,39	14,24	11,60
1993	2,87	4,52	4,94	3,55	15,88	13,00
1994	2,55	5,14	4,85	3,96	16,50	14,00
1995	2,60	5,13	4,62	3,82	16,17	13,55
1996	2,53	4,84	4,89	3,69	15,95	13,47
1997	2,62	4,22	4,94	4,66	16,44	13,82
1998	2,85	4,46	5,33	4,91	17,55	14,70
1999	3,21	4,38	5,38	4,44	17,41	14,20
2000	3,36	4,49	5,49	4,54	17,88	14,52
2001	3,50	4,75	5,73	4,95	18,93	15,43
2002	3,77	4,78	5,91	4,94	19,40	15,63
2003	3,51	4,42	6,24	4,33	18,50	14,99
2004	3,45	4,27	6,42	4,75	18,89	15,44
2005	3,87	4,25	6,73	5,22	20,07	16,20
2006	3,85	4,38	6,87	5,43	20,53	16,68
2007	3,88	4,28	6,81	5,67	20,64	16,76
2008	4,28	4,21	6,42	5,37	20,28	16,00
2009	3,83	4,55	6,75	5,90	21,03	17,20
2010	3,62	4,28	6,56	7,20	21,66	18,04
2011	3,94	4,10	6,43	5,99	20,46	16,52
2012	3,77	3,87	6,59	6,26	20,49	16,72
2013	3,57	3,82	6,72	6,65	20,76	17,19
2014	3,70	3,87	6,93	7,33	21,83	18,13
2015	3,40	3,98	7,35	8,06	22,79	19,39
2016	3,60	4,10	8,10	7,70	23,50	19,90
2017	3,50	4,30	8,50	6,70	23,00	19,50
2018	3,70	4,30	8,50	7,80	24,30	19,60
2019	3,90	4,30	8,60	6,90	23,70	19,90
2020	3,50	4,30	8,90	12,80	29,50	26,00
2021	4,10	3,80	8,20	6,60	22,70	18,60

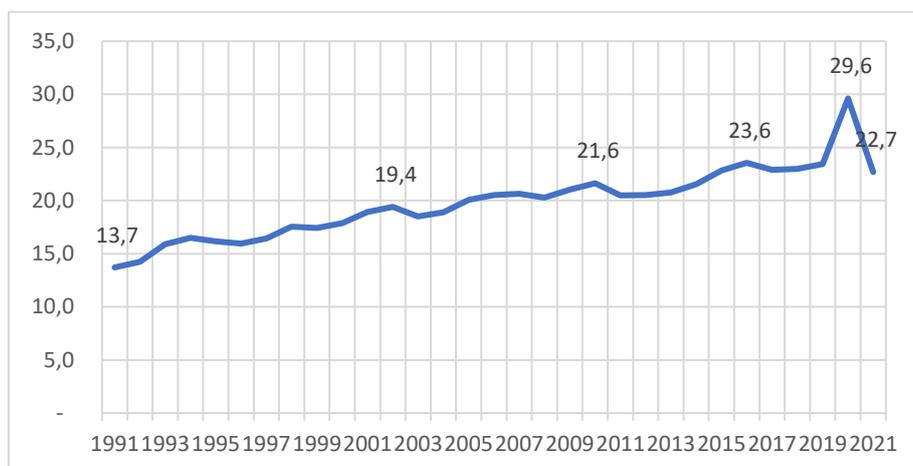
Fonte: STN - Resultado fiscal do Governo Central (*) Inclui investimentos.
(1) Tesouro Nacional, INSS e Bacen.

O Gráfico 6.1 deixa evidente que todos os governos, mesmo com crescimento do PIB, gastaram acima dele. A exceção é o último período governamental, que baixou de 19,6% para 18,6%⁷, mas com grande carência de atendimento em setores básicos como educação e saúde. O alto índice do ano 2020 foi causado pela pandemia do coronavírus (Tabela 6.1).

⁷ Sem as transferências aos demais entes federados, redução de 1 ponto percentual. Incluindo as transferências, a variação foi de 24,3% para 22,7%, menos 1,6 ponto.

6.1. Gastos primários do Governo Central

(Inclui as transferências aos demais entes federados)



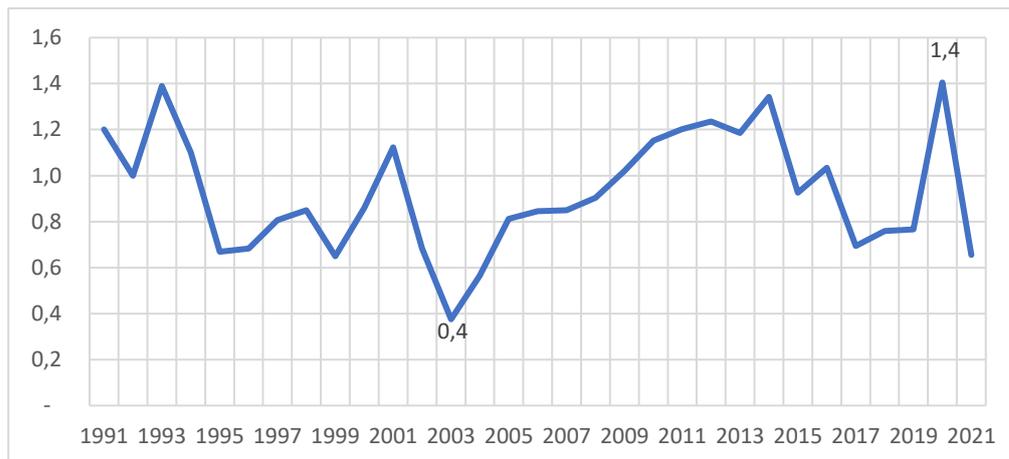
FONTE: STN - Resultado fiscal do Governo Central.

6.2. Investimentos: 30 anos de valores reduzidos e intermitentes

O nível de investimentos foi muito baixo, nos últimos 30 anos, ficando na faixa de 0,4% a 1,4% do PIB (Gráfico 6.2). Como o País não tem recursos para isso, a solução é a concessão para a iniciativa privada das principais obras de infraestrutura, o que tem sido feito. Para um PIB de R\$ 8.764 bilhões (2021) dá para ver como são baixos os investimentos em média de 1% do PIB, para um País de tão grande extensão e territorial e populoso, como o Brasil.

A Taxa de investimentos da economia brasileira é muito abaixo do necessário para implementar um crescimento contínuo. E o governo contribui com muito pouco para isso. Não teremos crescimento econômico se não aumentarmos os investimentos em, no mínimo, uns 5% do PIB.

Gráfico 6.2. Investimentos do Governo Central em % do PIB



FONTE: STN - Resultado fiscal do Governo Central.
Entre dezembro/2009 e maio/2012 incluiu as despesas do Fundo de Arrendamento Residencial no Âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

a) Teto de gastos: o alvo errado

O teto de gastos é o mecanismo que limita o crescimento da despesa à inflação. Ele tem muito opositores, a maioria desses opositores por não ter ideia de que o crescimento dos gastos (exceto juros) é superior ao do crescimento do PIB.

É claro que o teto de gastos necessita alguns ajustes, para evitar a redução de recursos de setores básicos, mas é inegável que, apesar de alguns contratempos, ele conseguiu baixar a razão de gastos primários/PIB (sem as transferências para os entes subnacionais), de 19,9% do PIB em 2016 (último ano sem sua vigência) para 18,6% em 2021, uma redução de 1,3 ponto percentual do PIB. Isso é muito considerando que havia crescimento sistemático desde 1991 (Tabela 6.1).

O teto deveria levar em consideração a **redução do déficit que fosse feita com aumento da receita**, que não fosse por aumento de alíquotas de impostos, como, por exemplo, a redução das desonerações excessivas que existem.

Aqueles que combatem o teto porque ele retira recursos de setores básicos têm alguma dose de razão, porque ele atrapalha a própria execução do orçamento. No entanto, a verdade é que a retirada do teto não cria recursos; **cria apenas autorização para gastar**. E, se não há recursos, o resultado é mais endividamento.

O verdadeiro problema não é o teto; é a despesa do País que não cabe dentro de sua receita. A receita não cresce, porque, além das isenções, o PIB de 2022 é o mesmo de 2013. As despesas, além do crescimento vegetativo de muitos itens, seguidamente são criadas mais despesas permanentes. **Portanto, combater o teto é atirar no alvo errado.**

O teto pode ser uma anomalia por colocar na constituição um limite de gastos. Mas para um País cujo gastos primários crescem sistematicamente sempre acima do PIB, parece ser justificável.

O economista Roberto Campos dizia que “*o Brasil é uma economia em que as aspirações superam em muito a capacidade de gerar satisfações*”. Nessa frase reside a origem dos problemas fiscais brasileiros.

7. Déficit público, resultado primário e juros

Fábio Giambiagi, 2002, p.46, faz uma análise do resultado primário, juros e déficit público dos vários governos desde 1995. Nessa análise vou tratar apenas do período 2006-2021, últimos 15 anos, incluindo 2022 parcialmente até setembro.

No entanto faço uma referência aos três períodos compreendidos entre 1995 e 2006. No período 1995/98 houve déficit primário de -0,2% do PIB, juros de 5,8% e déficit público (nominal) de 6%.

Já no período 1995/2002, houve superávit primário de 3,2% do PIB, juros de 7,2% e déficit fiscal de 4%. Esses dois períodos foram do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Os dois períodos seguintes foram do Governo Lula. O período 2003/06, o superávit primário subiu para 3,2%, os juros foram para 7,3%, e o déficit fiscal em decorrência veio para 3,8%. No período seguinte, 2007/2010, o resultado primário desceu para 2,8%, os juros caíram para 5,4% e o déficit público ficou em 2,6% do PIB.

Conforme já citado, o mesmo autor cita o grande crescimento do índice médio das exportações no período 2002-2011, de 163% em dólar, tendo caído 23% no período anterior. Isso explica grande parte da melhora das contas públicas nesse período (Obra cit, p.87).

Vamos ao período 2015-2022, sendo que 2022 somente entre , janeiro-setembro, que analisaremos em conjunto.

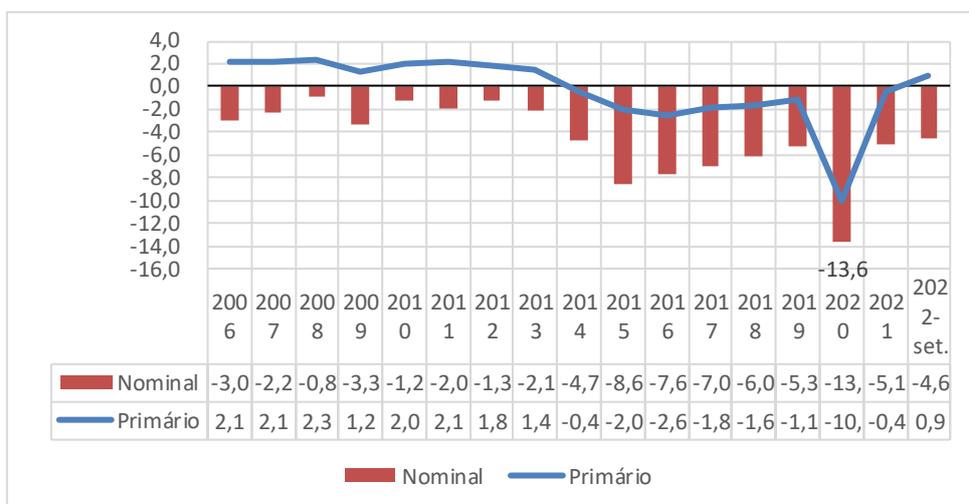
Observando-se o Gráfico 7.1 verifica-se que o superávit primário que fora positivo até 2013, passou a decrescer em 2012. O déficit nominal, mesmo que variável, passou a aumentar a partir de 2012. Em 2015 foi produzido grande déficit nominal, na ordem de 8,6% do PIB. Daí em diante, mesmo que elevados, os déficits, passaram a ser decrescentes. Em 2019 o déficit primário foi de -1,1% do PIB e o déficit nominal -5,3%.

O déficit vinha sendo reduzido gradativamente, quando, em **2020, ocorreu a pandemia do coronavírus, que elevou o déficit primário para 10% do PIB e o nominal para 13,6%**. O déficit nominal foi de R\$ 1.012 trilhão. Para se ter uma dimensão melhor de seu valor, são 14 algarismos considerando os dois decimais, assim: **1.012.583.000.000,00**. Isso só em um ano! O déficit primário foi de R\$ 745,88 bilhões que, somados aos juros de R\$ 266,703 bilhões, importou na soma estratosférica acima.

Já em 2021, o déficit primário decresceu para -0,4% e o nominal para -5,1%. **Em setembro de 2022, passou a haver superávit primário de 0,9% do PIB e déficit nominal de -4,6%**.

Isso deveu-se ao grande crescimento da arrecadação e à contenção de despesas, conforme se verifica na Tabela 6.1, quando os gastos primários do Governo Central caíram de 19,6% do PIB para 18,6%. Uma grande queda se verificou na despesa com pessoal, que passou de 4,3% para 3,8% do PIB. A maior queda ocorreu nas “outras despesas”, que passaram de 7,8% para 6,6% (1,2 ponto percentual) do PIB. Mas foi produto de redução de serviços básicos em educação e saúde, que resultaram em muitas queixas por parte dos setores envolvidos. Só houve aumento em um item as “Transferências aos demais entes federados”, na ordem de 0,4 pontos percentuais, mas isso decorreu do aumento da arrecadação que é compartilhada com eles. O teto de gastos tratado no item anterior contribuiu para isso também.

Tabel 7.1. Resultado primário e nominal em % do PIB, 2006-2022(set.)



<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelas especiais>

7.1. Juros nominais da dívida

Os juros são uma função do valor da dívida e da taxa incidente. O reduzido valor do superávit primário ou a existência de déficit fazem aumentar o saldo devedor da dívida, aumentando a despesa com juros. Quanto maior for a dívida, maior será o risco que os investidores percebem no momento que adquirem os títulos, cobrando, em função disto, taxas de juros cada vez maiores.

No regime de metas de inflação, adotado no Brasil desde 1999, o aumento da taxa de juros (Selic) é utilizada como meio de contenção da inflação, sendo outro fator que faz aumentar a despesa com juros. Portanto mais inflação produz mais juros.

André Lara Resende (2017) diz que a Teoria Fiscal do Nível de Preços (TFNP) sustenta que, em última instância, o que ancora as expectativas de inflação é a política fiscal. É a política fiscal e o equilíbrio sustentável de longo prazo da dívida pública que, em última instância, determina a taxa de inflação.

No meu entendimento esse equilíbrio sustentável não se faz gerando déficits sistemáticos. Esses déficits que obrigam o financiamento monetário são os principais responsáveis pelo excesso de juros na economia, conforme acima citado. Então, por todos os ângulos, o grande fator do aumento da despesa com juros **é o déficit público sistemático.**

Tabela 7.1. Juros nominais do Governo Federal, 2006-2021

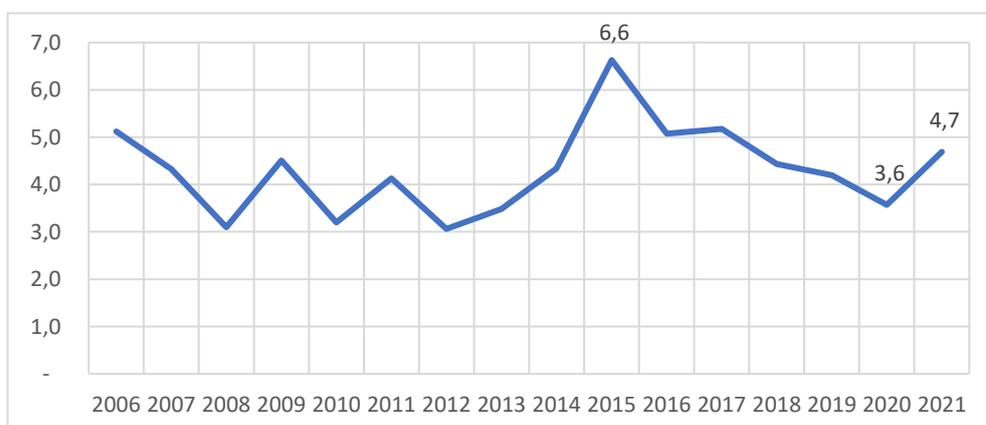
ANO	EM MILHÕES	PIB %
2006	123.315	5,1
2007	117.715	4,3
2008	96.309	3,1
2009	150.212	4,5
2010	124.271	3,2
2011	180.787	4,1
2012	147.415	3,1
2013	185.499	3,5
2014	250.842	4,3
2015	397.426	6,6
2016	318.082	5,1
2017	340.968	5,2
2018	310.458	4,4
2019	310.007	4,2
2020	266.703	3,6
2021	406.728	4,7
Média		4,3

Banco Central/Tabelas especiais/NFSP.

Entre 2006 e 2015, a taxa média de juros sobre o PIB foi de 4,3%. Considerando o PIB de 2016 seria uma média de R\$ 370 bilhões de juros. Mas isso não se reduz “na marra”, mas agindo sobre suas causas, antes tratadas.

O Gráfico 6.2 mostra o grande crescimento da despesa com juros a partir de 2014, alcançando o ápice em 2015, em função da recessão desse período. Após, passou a ser decrescente lentamente, com novo aumento em 2021, devido à crise de 2020.

Gráfico 7.2. Juros do Governo Federal em % do PIB



Banco Central/Tabelas especiais/NFSP.

A controvérsia sobre manter a taxa de juros alta ou baixá-la vem de longe. Nos “Diários da Presidência, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1995-1996, p.181, existe a seguinte passagem:

“Almocei ontem com Pêrsio, que agora é favorável que se baixe a taxa de juros. Ele acha que a recessão pode chegar se não alterar já. As pessoas mudam logo de opinião quando saem do governo. É muito engraçado, mas o Pêrsio é sempre muito inteligente. Vou insistir nessa tecla e vou fazer isso, queiram ou não queiram os da área econômica, estão ficando insensatos em não baixar a taxa de juros”. O Pêrsio é o Arida. Pelo que se depreende, quando no governo ele era a favor da taxa maior, mas ficou contra quando saiu dele. Mas o Presidente também era a favor, mas encontrava a resistência da área econômica.

Dívida do Governo Federal

Inicialmente, necessário se torna esclarecer alguns conceitos do que seja:

a) Governo Geral, b) Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e, Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG). Segundo Márcio Garcia e José Roberto Afonso, em *Regras Fiscais e Volatilidade Cambial*, p. 329 – *A Crise Fiscal e Monetária Brasileira*, tais variáveis são assim definidas.

8.1. Alguns conceitos fundamentais

Governo Geral

O Setor Público: é formado pelo Governo Geral (Tesouro Nacional, Regime Geral da Previdência, estados e municípios) mais o Banco Central e as estatais (exceto Petrobras e Eletrobras a partir de 2008).

DLSP: é o balanceamento entre dívidas e crédito do setor público não financeiro do Banco Central.

DBGG: Essa variável apresenta dois critérios: do FMI e do BCB.

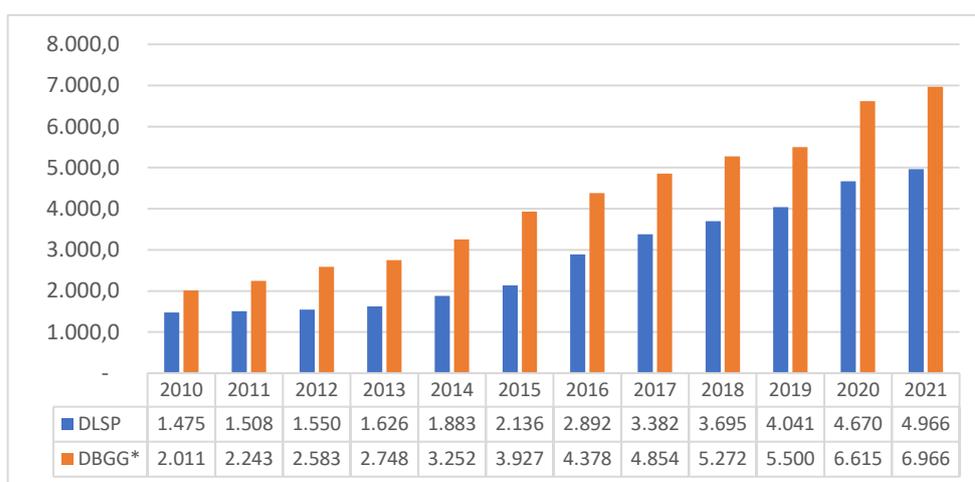
Critério do FMI: Considera como parte da dívida todos os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

Critério do Bacen: Considera como parte da dívida, dentre os títulos na carteira do BCB, apenas aqueles não utilizados como colaterais nas operações compromissadas. Este é o critério da dívida adotado no Brasil para medir a dívida pública.

8.2. Evolução da DLSP e da DGG no período 2010 – 2021.

A DLSP (dívida líquida do setor público) passou de R\$ 1.475 bilhões em 2010 para R\$ 4.966 bilhões em 2021. Já a DBGG (dívida bruta do governo geral), pelo critério do Banco Central do Brasil, passou de R\$ 2.011 bilhões em 2010 para R\$ 6.966 bilhões em 2021 (Gráfico 8.1).

8.1. Dívida líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral R\$ bilhões correntes.



FONTE: Bacen - Estatísticas/ Tabelas especiais. Apud www.financasRS.com.br

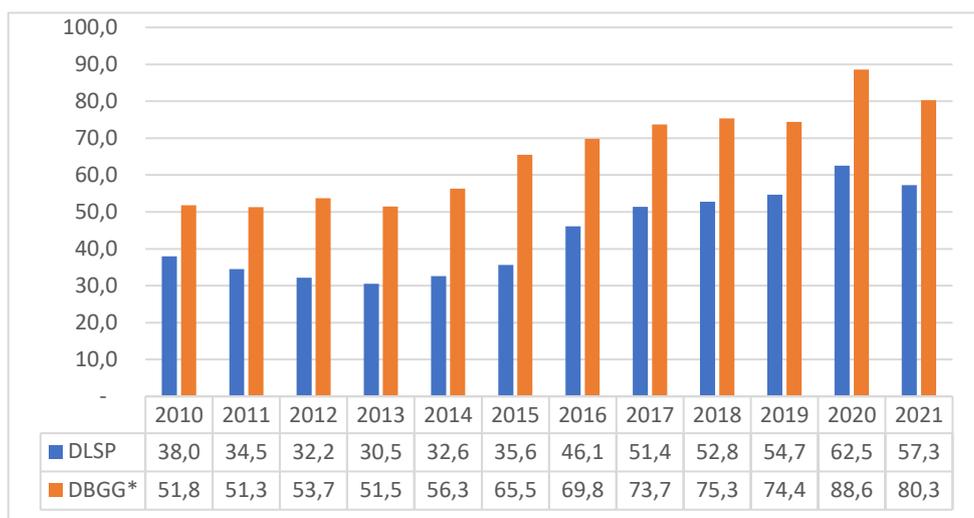
(*) Critério do Banco Central, que difere do critério do FMI.

Quando se faz uma comparação em proporção do PIB, verifica-se que a DLSP foi decrescente até 2013, quando passou a crescer, alcançando 52,8% em 2018 e atingindo 57,3% em 2021, depois de ter alcançado 62,5% em 2020, devido à pandemia do coronavírus.

Já a DBGG, que estava em 51,5% do PIB em 2013, daí em diante passou a crescer incessantemente, até alcançar 75,3% em 2018. Foi para 88,3% em 2020, pela razão já citada, descendo para 80,3% em 2021.

Se atentarmos para o Gráfico 8.1, vamos ver a enorme relação que há entre déficit e dívida. A dívida passou a crescer, quando os déficits aumentaram. Dívida não é outra coisa que déficits acumulados acrescidos de juros.

Gráfico 8.2. Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral
Em % do PIB



FONTE: Bacen - Estatísticas/ Tabelas especiais. Apud www.financasRS.com.br

(*) Critério do Banco Central, que difere do critério do FMI.

8.3. Dinâmica do crescimento da dívida

A equação “ $D_t = D_{t-1} (1+i) - SP$ ” mostra que a dívida do período “t” é igual a dívida do período “t-1”, acrescida dos juros (i) e deduzida do superávit primário (SP). Quanto maior a taxa de juros maior será o crescimento a dívida. E o superávit primário quanto maior, maior será a redução da dívida. Se ele for negativo (déficit), em vez de reduzir o saldo, ele aumenta. Daí a grande necessidade de voltar a fazer superávits primários, que não são formados desde 2014. Em decorrência, é no controle dos gastos primários que evita o crescimento da dívida.

8. Transição demográfica, o inimigo invisível

Paul Taylor, escritor americano, autor do “The Next América”, falando a respeito da transformação social e etária dos Estados Unidos, disse: “A *mudança demográfica é um drama em câmara lenta*”.

O mesmo pode ser dito do Brasil com, ainda, um agravante que, ao contrário dos Estados Unidos e de vários outros países, que enriqueceram antes de envelhecer, tudo indica que nos **manteremos pobres antes de enriquecermos. Seremos um país de velhos pobres.**

A Tabela 9.1 mostra a população no final de cada ano referido e taxa de crescimento da população, que foi de 0,57% entre 2022 e 2030; 0,39% entre 2030 e 2040 e 0,05% entre 2040 e 2050. Em 2047 a população passa a decrescer quando atingirá 233.233.670 habitantes, segundo a estimativa em causa do IBGE, realizada em 2018.

Tabela 9.1. População brasileira a 1° de julho de cada ano referido

GRUPO ETÁRIO	2022	2030	2040	2050
0-14	43.947.487	42.625.016	38.964.325	35.976.487
15-64	148.344.444	151.794.581	152.587.549	146.024.124
65+	22.536.609	30.448.865	40.368.048	50.932.665
Total	214.828.540	224.868.462	231.919.922	232.933.276
Taxa anual	-	0,57%	0,39%	0,05%

FONTE: IBGE - Projeções 2018.

NOTA: Em 2047, com 233.233.670 a população começa a decrescer.

Já a Tabela 9.2 mostra a participação de cada grupo etário, onde verifica que a população de 0-14 anos decairá de 20,5% da população para 15,4%. A população em idade ativa (PIA), de 15-64 anos reduzirá de 69,1% para 62,7%.

A população com 65 anos ou mais dobrará entre 2022 e 2050, passando de 10,5% para 21,9%. O envelhecimento da população, além do problema previdenciário, produz aumento dos gastos com saúde e assistência social.

Tabela 9.2. Estrutura da população nos anos referidos

GRUPO ETÁRIO	2022	2030	2040	2050
0-14	20,5%	19,0%	16,8%	15,4%
15-64	69,1%	67,5%	65,8%	62,7%
65+	10,5%	13,5%	17,4%	21,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: IBGE - Projeções 2018.

Outro aspecto importante é a **dependência de idosos**, medida relação percentual da população 65+anos/PIA (15-64 anos). Em 2022, os idosos são 15,2% do pessoal em idade ativa, indo para 9% em 2050.

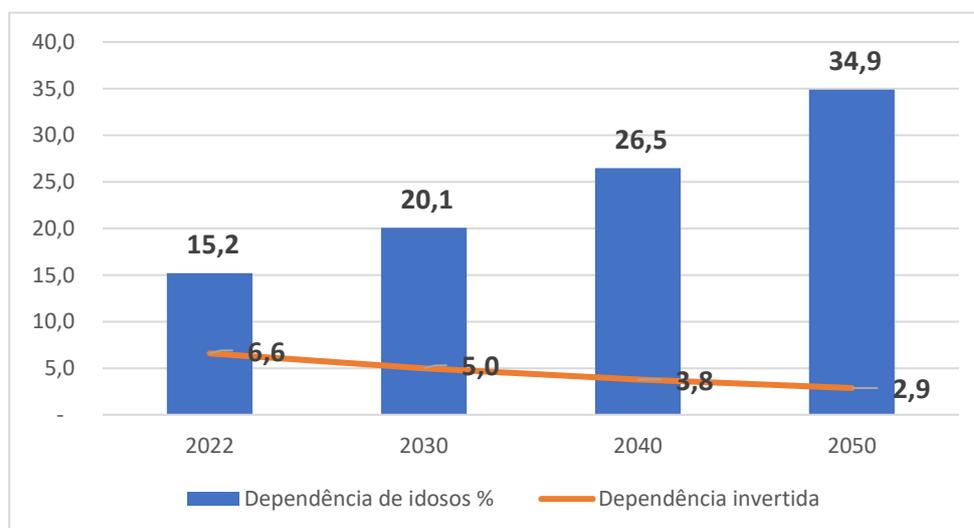
Não menos importante é seu **inverso**, que fornece em cada época o número de pessoas em idade ativa (PIA 15-64) para cada pessoa com 65+. Em 2022 são 6,6 pessoas, em média, para cada uma com 65+. Em 2050 a média será de apenas 2,9.

O envelhecimento da população ocorre de forma acentuada e tem duas causas básicas ambas acentuadas:

Envelhecimento pelo topo – Aumento da expectativa de vida.

Envelhecimento pela base – Redução da taxa de natalidade

Gráfico 9.1. Dependência de idosos e dependência invertida



FONTE: Dados brutos:IBGE - Projeções 2018.

9.1. Fim do bônus demográfico, a oportunidade perdida

Roberto Campos, economista que foi Ministro do Planejamento, dentre tantas frases importantes, cunhou mais esta: “*O Brasil é um país que não perde a oportunidade de perder oportunidades*”.

O crescimento de uma economia ocorre pelos trabalhadores existentes e pela produtividade. Se não for possível adicionar novos trabalhadores tem que aumentar a produção dos existentes - a produtividade - o que é feito com a adição de mais equipamentos e treinamento dos que deles fazem uso. Isso depende também de melhorias na educação.

Tabela 9.3. Demonstrativo do fim do bônus demográfico

ANO	POPULAÇÃO TOTAL - PTO	POP 15-64 PIA	POPULÇÃO TOTAL %	POP 15-64 PIA %	DIFERENÇA PIA-PTO %
2010	194.890.682	132.498.719			
2011	196.603.732	134.327.697	0,88%	1,38%	0,50%
2012	198.314.934	136.127.976	0,87%	1,34%	0,47%
2013	200.004.188	137.870.500	0,85%	1,28%	0,43%
2014	201.717.541	139.510.950	0,86%	1,19%	0,33%
2015	203.475.683	141.021.271	0,87%	1,08%	0,21%
2016	205.156.587	142.416.787	0,83%	0,99%	0,16%
2017	206.804.741	143.637.599	0,80%	0,86%	0,05%
2018	208.494.900	144.759.658	0,82%	0,78%	-0,04%
2019	210.147.125	145.793.820	0,79%	0,71%	-0,08%
2020	211.755.692	146.756.243	0,77%	0,66%	-0,11%
2021	213.317.639	147.619.740	0,74%	0,59%	-0,15%
2022	214.828.540	148.344.444	0,71%	0,49%	-0,22%
2023	216.284.269	148.985.045	0,68%	0,43%	-0,25%
2024	217.684.462	149.547.906	0,65%	0,38%	-0,27%
2025	219.029.093	150.013.809	0,62%	0,31%	-0,31%
2026	220.316.530	150.433.948	0,59%	0,28%	-0,31%
2027	221.545.234	150.809.995	0,56%	0,25%	-0,31%
2028	222.713.669	151.130.079	0,53%	0,21%	-0,32%
2029	223.821.305	151.449.268	0,50%	0,21%	-0,29%
2030	224.868.462	151.794.581	0,47%	0,23%	-0,24%

FONTE: Dados brutos: IBGE - Projeções 2018.

A Tabela 9.3 apresenta a população total e a população em idade ativa, de 15 a 64 anos. **O bônus demográfico acaba quando a taxa de crescimento da população total começa a ser maior do que a taxa de crescimento da população em idade ativa (15 a 64 anos).**

E isso passa a ocorrer em 2018, quando o crescimento da população total foi de 0,8% e a da população em idade ativa passou a ser 0,86%.

Com o fim do bônus demográfico, a única forma de aumentar a renda *per capita* do Brasil nas próximas décadas será por meio da elevação da produtividade do trabalhador. Pois não aproveitamos a oportunidade de aumentar a nossa renda *per-capita* pelo bônus demográfico. **Perdemos mais essa oportunidade**, confirmando o que diz a frase citada, no início.

9. Síntese final

10. A crença generalizada é a de que a arrecadação tributária está concentrada na União. No tocante à arrecadação bruta, isso é verdade, porque a União arrecada 66% dos tributos. Fazendo as devidas exclusões, como a distribuição a estados e municípios, sobra menos de 50% para a União, do que, descontado os recursos da Seguridade Social, restam livres para o Governo Federal 16% ou R\$ 475 bilhões dos R\$ 2,9 trilhões arrecadados em 2021. O que invalida a crença de que a arrecadação é concentrada na União.
11. Tomando-se os recursos líquidos do Governo Central, 80% são destinados à Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social) que, mesmo assim, apresentou um déficit de 288 bilhões (3,3% PIB). Considerando o vinculado para a Educação, restam pouco mais de 15% para todas as demais funções de governo (distribuídas em mais de 50 ministérios, secretarias e órgãos especiais) e, ainda, fazer superávit para pagar a dívida. Diante disso, o déficit é inevitável.
12. O problema maior é destinar tanto recurso ao social sem, com isso, prestar um atendimento adequado.
13. Tanto na Previdência em que 60% dos beneficiários recebem o salário-mínimo, a maioria dos benefícios da Seguridade Social também auferem

essa remuneração mínima, cujos reajustes reais influem, fortemente na sua despesa, embora sejam socialmente desejáveis.

14. Tanto a Seguridade Social como a Previdência apresentam déficits altos e crescentes, com incrementos maiores da despesa do que da receita. O valor dos benefícios sofre o efeito do crescimento vegetativo do número de beneficiários, 2,6% na média, e da reduzida razão contribuinte/beneficiário do INSS, de 1,4.
15. O déficit do Regime Geral da Previdência em 2021 foi de R\$ 254 bilhões e do setor público federal, R\$ 94 bilhões, totalizando R\$ 348 bilhões (4% PIB). O primeiro com alta taxa de crescimento (15%) e o segundo estável, embora com benefícios muito maiores do que o primeiro. A última reforma de 2019 limitou os benefícios do setor público ao teto do Regime Geral, além de outras mudanças, que os reduzirão sensivelmente, mas os atuais aposentados e os que ingressaram até 2003 conservam os direitos adquiridos.
16. Apesar do reduzido valor dos benefícios, a despesa do INSS passou de 3,4% do PIB em 1991 para 8,2% em 2021. Diga-se de passagem, o valor dos benefícios reflete os salários que são muito reduzidos no Brasil, cuja causa maior está na baixa produtividade da economia.
17. A receita do Regime Geral sofre os efeitos do baixo crescimento do PIB e da radical transformação das relações de trabalho, com a substituição do emprego com carteira assinada por autônomos, pela exigência de criação de pessoas jurídicas para as maiores remunerações (pejotização), etc.
18. Outro problema que atinge toda a arrecadação federal são os chamados gastos tributários ou desonerações fiscais, que cresceram 1,8% do PIB em 2002 para 4,9% em 2015, quando passaram a apresentar lenta redução.
19. Os gastos primários do Governo Central passaram de 13,7% do PIB em 1991 para 23,7% em 2021, crescendo 0,33 pontos percentuais, em média, ao ano. E cresceram a relação, mesmo nos anos de PIBs maiores. **Se atendida a pretensão do próximo governo de aumentar a despesa em R\$ 200 bilhões, isso corresponde a 2,3% do PIB, o que equivale ao incremento de gastos de 7 anos.** Desse valor, R\$ 52 bilhões, segundo a imprensa, são do governo atual, que deixou no orçamento somente R\$ 405,00 para pagar R\$ 600,00 do Auxílio Brasil.

20. Entre 2016 e 2021, houve uma redução de 1,3 ponto na relação gastos primários/receita líquida, citada, atribuída ao teto de gastos, mas que implicou a **redução de recursos para setores básicos, como educação e saúde**. Os investimentos foram reduzidos e intermitentes desde 1991. O fim do teto, ao contrário do que pensam muitos, não cria receita; cria direito de gastar, fazendo déficits e aumentando a dívida, o que não quer dizer que o teto não tenha critérios a revisar.
21. O resultado primário do Governo Federal passou ser a negativo em 2014, atingindo -2% do PIB no ano seguinte, quando o déficit fiscal alcançou 8% do PIB, passando a reduzir lenta e gradualmente daí em diante até 2019, quando atingiu -5,3%, sendo o primário, -1,1%. **Em 2020, com a epidemia do coronavírus, o déficit primário saltou para 10% e o fiscal (nominal) foi de 13,6% do PIB. O primário foi de R\$ 746 bilhões e o nominal R\$ 1.012, 6 bilhões. Mais de um trilhão de reais.**
22. Após essa data o déficit primário foi se reduzindo, até alcançar em setembro/2022 um superávit de R\$ 88,3 bilhões, ou 0,9% do PIB, sendo o nominal de -4,6% do PIB, segundo dados abaixo da linha, da NFSP - BCB.
23. Os juros nominais entre 2006-2021 formaram uma média de **4,3% do PIB, o que equivale em valores do PIB de 2021 a R\$ 370 bilhões**. Eles aumentaram a partir de 2014 pela ausência de superavit primário.
24. A dívida líquida do setor público passou de 38% do PIB em 2010 para 57,3% em 2021. Já a dívida bruta do Governo Geral passou de 51,8% do PIB no ano citado para 80,3% em 2021 (R\$ 6.966 bilhões), depois de ter alcançado 88,6% em 2020.
25. A taxa de crescimento populacional já é inferior a 0,6%, devendo zerar na década de 1940, quando a população cessará seu crescimento com 223,2 milhões de pessoas. O número de pessoas com mais de 65 anos que está 10,5% do total, dobrará em 2050.
26. O inverso do grau de dependência de idosos indica que hoje há uma média de 6,6 pessoas em idade ativa (15-64 anos) para cada uma com 65 ou mais anos, indicador esse que baixa para 5, em 2030, atingindo menos de 3 em 2050.
27. Em 2018, acabou o período do bônus demográfico, quando a população em idade ativa passou a crescer a uma taxa menor que a taxa de

crescimento da população total. O Brasil perdeu uma grande oportunidade para o crescimento econômico.

28. Todos esses dados demográficos estão a indicar que cada vez mais nossa capacidade produtiva vai se reduzindo e aumentando as carências na área previdenciária e social. A saída do Brasil é o desenvolvimento tecnológico, com vistas a aumentar a produtividade do trabalho.

30. O crescimento do PIB brasileiro foi muito baixo, porque assim é seu crescimento potencial. De 1995-2002 foi de 2,3%; de 2003-2022, 2%. Desde 2013 que o PIB não cresce na média, sendo em 2022 igualou-se ao de 2013!

Referências bibliográficas

AFONSO – José Francisco. **SOUZA** – Juliana Damasceno. Revista Conjuntura Econômica, fevereiro, 2019, p. 26/30. Previdência sem Previdência? IPEA-DATA – PIB de vários anos.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.NFSP. Disponível em:

[https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelas especiais](https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelas_especiais)

Para DLSP e DLGG – Estatísticas. Tabelas Especiais

Ministério da Previdência/ BEPS/maio de 2022

Gastos Tributários – Bases efetivas. Disponível em:

<https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia->

[fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/gastos-tributarios-bases-efetivas](https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/gastos-tributarios-bases-efetivas)

CARDOSO, Fernando Henrique – Diários da Presidência, 1995-1996, p.181.

GARCIA, Márcio e **AFONSO**, José Francisco. Regras Fiscais e Volatilidade Cambial. Cap.16 livro A Crise Fiscal e Monetária Brasileira. Organizador Edmar Bacha. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

GIAMBIAGI – Fabio. Tudo sobre o Déficit Público. O Brasil na Encruzilhada Fiscal. Alta books Editora. Rio de Janeiro, 2021.

GIAMBIAGI, Fabio e **PINHEIRO**, Armando Castelar. Além da Euforia. Elsevier. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE – Projeções 2018 – Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>

PASTORE – Afonso Celso. Erros do Passado e Soluções para o Futuro. Editora Shwarcz S.A. São Paulo – SP, 2021.

PELEGRINI, Josué Alfredo. Gastos Tributários, Experiência Internacional e o Caso do Brasil. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503102/TD159-JosuePellegrini.pdf?sequence=1>

Receita Federal do Brasil/Secretaria da Previdência/Resultado do RGPS – 6º bimestre de vários anos.

RESENDE, André Lara. Juros, Moeda e Ortodoxia. Editora Schwarcz. São Paulo, 2017.

SANTOS, Darcy Francisco Carvalho dos e **CALAZANS**, Roberto. Dívida Pública e Previdência Social. Disponível como e-book na Amazon.com. Porto Alegre, 2021.

STN – Boletim Estim. da Carga Tributária Bruta do Governo Geral – abril 2022

- Resultado Primário do Governo Central – diversos anos
- RREO de dezembro diversos anos
- RREO dezembro/2021 – Resultado da Seguridade Social – Resultado Primário do Governo Central – setembro 2022.

Porto Alegre, 26 de novembro de 2022.